

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 2.474, DE 2011

(Apensos: Projeto de Lei nº 4.250, de 2012, nº 4.382, de 2012 e nº 5.977, de 2013)

Estabelece a obrigatoriedade da doação regular de sangue ser fator de desempate em concursos públicos.

**Autor:** Deputado Luiz Argôlo

**Relatora:** Deputada Gorete Pereira

## I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para manifestação quanto ao mérito, o projeto de lei em epígrafe, que pretende adotar a doação regular de sangue como critério de desempate nos concursos públicos. Para tanto, qualifica como doador regular de sangue aqueles que realizem, no mínimo, três doações por ano, condição que deve ser comprovada no ato de inscrição no certame.

Cumprido em 2011 o prazo para apresentação de emendas ao projeto, no âmbito desta Comissão, nenhuma resultou oferecida.

Posteriormente, três outros projetos de lei foram apensados à proposição principal: o Projeto de Lei nº 4.250, de 2012, da Deputada Alice Portugal, que *“adota como critério de desempate em concursos públicos da Administração Pública federal o desempenho de funções de mesário nos processos eleitorais”*, o Projeto de Lei nº 4.382, de 2012, do Deputado Severino Ninho, que *“dispõe que terá prioridade, em caso de empate, em concurso público no qual seja permitida a acumulação de cargos, o*

*candidato que não tenha vínculo com o serviço público em outro cargo que possibilite a acumulação” e o Projeto de Lei nº 5.977, de 2013, da Deputada Sandra Rosado, que “assegura preferência à mulher, em igualdade de condições, para nomeação em concursos públicos a que se submeterem”.*

Compete a este colegiado, na presente oportunidade, manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 2.474, de 2011, e dos três projetos a ele apensados.

## **II - VOTO DA RELATORA**

Os quatro projetos sob exame cuidam de estabelecer regras de desempate em concursos públicos, com fundamento em critérios que se afiguram defensáveis, conforme argumentos apresentados nas respectivas justificações. Nessas circunstâncias, entendo que esta Comissão deve promover a compatibilização entre as distintas propostas, o que implica em optar por uma determinada sequência de aplicação dos diferentes critérios sugeridos para superar a igualdade entre candidatas.

Para tanto, submeto à apreciação deste colegiado o anexo substitutivo, elaborado de acordo com a seguinte ordem de aplicação de critérios de desempate, a ser adotada para os concursos em geral:

- preferência para candidato que seja doador regular de sangue;
- preferência para candidata do sexo feminino na condição de chefe de família, responsável exclusiva pela manutenção e educação de filho menor de idade;
- preferência para candidato que tenha atuado como mesário nas eleições mais recentes;
- preferência para candidato mais idoso.

Além disso, no caso específico de concurso para provimento de cargo ou emprego para o qual a acumulação seja constitucionalmente admitida, o primeiro critério de desempate deverá beneficiar candidato que não tenha outro vínculo com o serviço público.

Adicionalmente, o art. 2º do substitutivo impõe sanções a candidato que apresentar declaração inverídica ou documento falso que o habilitem a usufruir de preferência nas hipóteses a serem adotadas para desempate em concurso público.

Cumprasse assinalar, ainda, que o substitutivo delimita a aplicação de tais critérios de desempate aos concursos para provimento de cargos efetivos ou empregos permanentes no âmbito da administração pública federal direta e indireta. A adoção de regra semelhante por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios depende da edição de norma própria em cada um desses entes federados, em virtude da autonomia política e administrativa que a Constituição lhes assegura.

Ante o exposto, voto pela aprovação, quanto ao mérito, dos Projetos de Lei nº 2.474, de 2011, nº 4.250, de 2012, nº 4.382, de 2012, e nº 5.977, de 2013, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em        de setembro de 2013.

Deputada Gorete Pereira  
Relatora

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.474, DE 2011

Estabelece critérios sucessivos de desempate em concursos públicos realizados no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em caso de empate na pontuação final de concursos realizados para o provimento de cargos efetivos ou empregos permanentes no âmbito da administração pública federal direta e indireta, serão adotados sucessivamente os seguintes critérios de desempate:

I - preferência para candidato que seja doador regular de sangue, assim considerado quem tenha efetuado pelo menos três doações no período de um ano anterior à data de publicação do edital;

II – preferência para candidata do sexo feminino na condição de chefe de família, responsável exclusiva pela manutenção e educação de filho menor de idade;

III - preferência para candidato que tenha atuado como mesário nas eleições mais recentes anteriores à data de publicação do edital;

IV - preferência para candidato mais idoso.

Parágrafo único. No caso de concurso para provimento de cargo ou emprego para o qual a acumulação seja constitucionalmente admitida, o primeiro critério de desempate, a ser aplicado antes dos referidos no *caput*, beneficiará candidato que, por ocasião da inscrição, declare não ter outro vínculo com o serviço público.

Art. 2º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que apresente documento falso ou que firme declaração inverídica que o habilitem a usufruir das preferências de que trata esta lei estará sujeito a:

I – cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II – exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

III – declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a publicação do mesmo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a concursos públicos cujos editais já tenham sido anteriormente publicados.

Sala da Comissão, em            de setembro de 2013.

Deputada Gorete Pereira  
Relatora